



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, às dezenove horas e trinta minutos, o Vereador Léo França, declarou aberta a audiência pública com os seguintes dizeres: Senhoras e Senhores Foi iniciada a audiência pública com o compromisso de ampliar os canais de participação popular e garantir a transparência nos temas de interesse coletivo. A Casa Legislativa realizou, na presente data, por meio da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos, a audiência pública conforme previsto no Processo Administrativo nº 440/2025, em consonância com a Resolução nº 88/2016 e conforme estabelecido no Edital nº 10/2025. O objetivo da audiência é promover o diálogo sobre a recomposição salarial dos servidores públicos municipais, assegurando a justa valorização dos profissionais que atuam no serviço público. Informou-se que a audiência estava sendo transmitida ao vivo pelo canal da TV Câmara Municipal de Petrópolis no YouTube, bem como pelos canais 23.2 e 98 da Speed Fiber. Em seguida, foram convidadas a compor a mesa diretora da audiência pública as autoridades e representantes responsáveis pela condução dos trabalhos da noite. Foram cumprimentados os Vereadores e Vereadoras presentes: Júlia Casamasso, Professora Livia, Thiago Damaceno, Marquinhos Almeida e Octávio Sampaio. A presidência da audiência destacou que os membros do governo foram convidados por e-mail, com o devido envio dos convites dentro do prazo legal. Ainda que não estivessem presentes, foi solicitada a colocação das plaquetas de identificação nos respectivos lugares, como forma de registro formal. Foram então convidados: Sr. Alexandre Gurgel – Secretário de Educação; Sr. Wagner Silva – Secretário de Administração; Sr. Fábio Júnior – Secretário de Fazenda; Sr. Alex Cris – Presidente do INPAS. Para compor a mesa, foram também convidados: Sra. Rose Silveira – Coordenadora Geral do SEPE Petrópolis/RJ; Sr. André Rocha – Representante da ASMVida; Sr. Giovani Chaves – Representante da COMDEP, atuando em nome de uma parcela dos funcionários da instituição. Com a mesa devidamente composta, deu-se início formal à audiência pública. Foram dadas as boas-vindas aos presentes e apresentada, de forma breve, uma exposição do trabalho que vem sendo desenvolvido. Destacou-se que tal trabalho é fruto do esforço coletivo dos vereadores que compõem a Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos, não sendo uma iniciativa exclusiva do Vereador Léo França. Foi destacado que, embora o vereador Léo França tenha conduzido a apresentação, os demais vereadores que integram a Comissão contribuíram com opiniões e sugestões para a elaboração dos slides apresentados ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

público, os quais estavam visíveis na tela com o tema: *Audiência Pública sobre a Recomposição Salarial dos Servidores Públicos – Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos*. Foi feita uma retrospectiva ao ano de 2021, com referência ao Projeto de Lei Complementar nº 8138/2021, que gerou um prejuízo estimado em R\$ 50 milhões aos cofres da previdência municipal. Diante disso, o Tribunal de Contas do Estado exigiu a correção da alíquota de contribuição previdenciária para 14%, medida que impacta, principalmente, os servidores com salários de até R\$ 3.000,00. Com autorização judicial, recursos do fundo previdenciário foram utilizados e parcelados em 60 vezes. No entanto, foi informado que a atual gestão municipal não efetuou o pagamento dessas parcelas, estando a primeira vencida desde 1º de fevereiro. Com isso, acumulam-se quatro parcelas em atraso (fevereiro, março, abril e maio). Ressaltou-se a necessidade de diálogo com o governo municipal para regularizar os pagamentos e evitar agravamento da situação do INPAS (Instituto de Previdência dos Servidores). Foi explicado que o não pagamento das parcelas acarreta a inclusão do município no Cadastro Único de Convênios, o qual funciona como um “Serasa” das administrações públicas. Com o nome da Prefeitura incluído no CAUC, o município está impedido de celebrar contratos com o governo federal. Na sequência, foram apresentados pontos relevantes para reflexão da audiência, como o aumento de 70% nos salários do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, ocorrido entre o final de 2024 e o início de 2025. Esse aumento já havia sido denunciado anteriormente pela Comissão. Destacou-se ainda que: O parcelamento da dívida com o INPAS não foi cumprido; A promessa do Prefeito de implementar um “plano B” ainda não foi colocada em prática; A arrecadação do município em 2025 é inferior à de 2024; O número de cargos comissionados não foi reduzido; ao contrário, novos cargos foram criados; Houve maior foco da gestão na promoção de eventos e festas, em detrimento da valorização dos servidores públicos; Foi apontado aumento nas contratações por meio da empresa Capital Ambiental. Diante disso, foi sugerida a elaboração de uma indicação legislativa solicitando ao governo a abertura de concurso público e a revogação do Decreto nº 555, como forma de promover justiça aos servidores. **VEREADORA JÚLIA CASAMASSO** - Iniciou agradecendo a presença de todos os cidadãos que compareceram à audiência, destacando o esforço daqueles que vieram de longe ou que estiveram presentes desde o final da sessão plenária. Ressaltou a importância da participação popular diante da relevância da pauta. Agradeceu também ao Vereador Léo França pela convocação da audiência e lembrou os entraves enfrentados para que a mesma ocorresse. Enfatizou a ausência de representantes do Poder Executivo, apesar da importância do tema para o funcionalismo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

público. Assumindo a responsabilidade de retomar os fatos relativos ao aumento de 70% dos salários do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, pontuou que, independentemente da legalidade ou trâmite regular do projeto de lei que aprovou o aumento, o reajuste é considerado injusto e desproporcional frente à realidade financeira do município. Lembrou que o referido projeto de lei foi votado no dia 20 de dezembro, mesmo dia da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, cuja estimativa orçamentária já apresentava uma queda de mais de R\$ 200 milhões em relação à LOA de 2024 — passando de R\$ 1,457 bilhão para R\$ 1,697 bilhão. Argumentou que a aprovação do aumento salarial viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), princípios constitucionais como legalidade, anterioridade e moralidade administrativa, além do Regimento Interno da Câmara, especificamente o artigo 128, que estabelece que aumentos devem ser votados até o meio do ano, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Por esses motivos, informou que a Justiça foi acionada, requerendo a anulação do projeto de lei. Inicialmente, a liminar foi julgada improcedente sob o argumento de que a ação foi ajuizada antes da sanção da lei. Após a sanção, a parlamentar destacou que a medida feriu novamente o princípio da anterioridade, já que o aumento foi sancionado para a mesma legislatura que o aprovou. Com base nisso, novas medidas foram tomadas junto ao Poder Judiciário, inclusive com representação ao Ministério Público em conjunto com o SEPE, a posição contrária ao reajuste de 70% para o prefeito, vice e secretários, considerando-o injustificável, mesmo que estivesse dentro da legalidade. Enfatizou que o foco da audiência é ouvir os servidores, sindicatos e representantes, e que o Legislativo já fez sua parte ao aprovar uma indicação legislativa solicitando recomposição salarial de 20% para o funcionalismo, enviada ao Executivo. Defendeu a revogação do Decreto 555, de 18 de agosto de 2023, por promover terceirizações que precarizam o trabalho, encarecem o serviço público e não entregam resultados satisfatórios, especialmente na educação e nos demais serviços essenciais. Concluiu reforçando a necessidade de fortalecer os concursos públicos e reafirmou o compromisso de seguir na luta pelos direitos dos servidores. Agradeceu e despediu-se. **VEREADORA PROFESSORA LÍVIA** - Iniciou sua fala destacando o orgulho de ocupar uma cadeira no Legislativo como servidora pública de carreira, reforçando seu compromisso com toda a categoria do funcionalismo municipal, especialmente com a educação. Mencionou casos recentes registrados no Diário Oficial, com destaque para aposentadorias por invalidez de três servidoras — uma professora, uma cozinheira e uma auxiliar de serviços gerais — como reflexo das condições precárias de trabalho, muitas vezes agravadas por questões de saúde mental.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A parlamentar afirmou que ser servidora pública em Petrópolis está se tornando um problema de saúde pública. Destacou o perfil da maioria dos servidores, composto majoritariamente por mulheres da classe trabalhadora, que atuam nas áreas da saúde, educação, assistência social, cultura e administração, muitas delas enfrentando longos deslocamentos para cumprir suas funções.

Criticou a negligência com direitos básicos dos servidores, como licenças para tratamento de saúde, estudo, acompanhamento familiar e licença-prêmio, que há tempos não são respeitadas. Ao falar sobre valorização, reforçou a importância da recomposição salarial, alertando que o servidor precisa de renda para sustentar sua família com dignidade. Criticou o contraste entre o reajuste de 70% concedido ao alto escalão e a ausência de valorização dos demais servidores, defendendo um reajuste com ganho real para todas as categorias. Reforçou a necessidade de envio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para áreas como saúde e setor administrativo, e posicionou-se contra alterações semelhantes às feitas em 2017, que prejudicaram profissionais da educação infantil e precarizaram o trabalho das orientadoras escolares e cozinheiras. Concluiu sua intervenção com um apelo à Prefeitura para abertura imediata da mesa de negociação com os sindicatos, destacando a proximidade da data-base em julho. Defendeu o pagamento do reajuste já na folha daquele mês, somado à antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário. Parabenizou as servidoras e servidores presentes pela mobilização e afirmou que a Câmara Municipal está comprometida com a luta por valorização salarial e melhores condições de trabalho. Agradeceu e despediu-se.

VEREADOR THIAGO DAMACENO - Iniciou sua fala cumprimentando o presidente da audiência pública, Vereador Léo França, os demais parlamentares presentes, os representantes sindicais Rose, André e Giovani, e todas as servidoras e servidores municipais que lotaram o plenário. Ressaltou a importância do momento e lembrou sua trajetória parlamentar, mencionando sua participação ativa em debates semelhantes, especialmente entre os anos de 2009 e 2012, quando integrou a construção do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da educação, projeto que, segundo ele, até hoje representa uma conquista importante para a categoria. Destacou que sempre buscou manter um canal de diálogo aberto com os servidores, e afirmou ser obrigação de todos os parlamentares defender aqueles que mantêm os serviços públicos essenciais funcionando, como os profissionais da educação, saúde, assistência social e outras áreas. Pontuou que qualquer atuação política que vise à melhoria das políticas públicas não pode se opor aos servidores, visto que são eles os principais executores das ações públicas. Enfatizou a importância de que a discussão sobre o reajuste salarial seja



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

conduzida com responsabilidade e diálogo, considerando o papel da Câmara Municipal nas votações e negociações com o Poder Executivo. Reforçou a necessidade de manter o canal de diálogo sempre aberto entre os servidores e o Legislativo, elogiou a realização da audiência pública e colocou-se à disposição para colaborar na construção de soluções que resultem em vitórias concretas para os servidores, especialmente no que diz respeito ao reajuste salarial. Concluiu parabenizando a Câmara Municipal, em especial o Vereador Léo França, presidente da audiência, e desejou êxito na condução dos trabalhos. Agradeceu e despediu-se. **VEREADOR MARQUINHOS ALMEIDA** - Iniciou sua fala cumprimentando o presidente da audiência, vereadores e todos os presentes na plenária. Expressou sua satisfação por estar participando de sua primeira audiência pública e destacou a importância do momento em seu primeiro mandato como parlamentar. Manifestou felicidade por integrar a comissão, especialmente como vice-presidente, ao lado dos vereadores Léo França e Gil, e reforçou que seu mandato está à disposição da população. Afirmou seu compromisso de representar todos os cidadãos e, em especial, os servidores presentes na audiência. Por fim, aproveitou a oportunidade para justificar a ausência da vereadora Gilda Beatriz, que, segundo ele, enviou uma mensagem informando que não pôde comparecer devido a problemas pessoais. Agradeceu e despediu-se. **GIOVANI CHAVES (REPRESENTANTE DA COMDEP)** - Iniciou sua fala parabenizando o SEPE pelo seu empenho constante em representar os servidores públicos, especialmente nas discussões sobre o aumento salarial, destacando o trabalho de acompanhamento da Vereadora Júlia e a presença contínua do SEPE nas audiências. Em seguida, fez uma crítica contundente ao SISEP, chamando-o de uma vergonha e ressaltando que o órgão nunca esteve pronto para ajudar os servidores, sempre deixando-os para trás. Ele questionou a ausência dos secretários do governo na audiência, considerando a atitude uma falta de compromisso com a cidade e com os servidores públicos, pois a cidade depende diretamente de áreas como educação, saúde e serviços da COMDEP. Relembrou o aumento salarial de 2016, que até hoje não teve uma solução satisfatória, e destacou que, desde então, os servidores enfrentam uma grande perda salarial. Giovani criticou o aumento de 70% concedido ao Executivo, que, segundo ele, foi feito sem necessidade de discussões ou reuniões, apenas com uma canetada. Questionou também a postura dos políticos, especialmente aqueles ligados ao PP, que só lembram dos servidores e das necessidades da cidade durante as eleições. Ele comparou isso ao momento eleitoral, quando políticos aparecem para pedir votos, especialmente nas portas da COMDEP. Relembrou a votação do PCCS da COMDEP, que gerou grande mobilização, e criticou a falta de continuidade nas promessas feitas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

pelos políticos durante as campanhas eleitorais. Concluiu sua fala reafirmando que, enquanto os políticos procuram os servidores durante as eleições, ele continuará na COMDEP, aguardando-os para cobrar promessas não cumpridas. **ANDRÉ ROCHA (REPRESENTANTE DO ASM VIDA)** – Iniciou sua fala cumprimentando os presentes, incluindo os vereadores e servidores. Ele expressou seu lamento pela ausência do governo, destacando que os problemas só serão resolvidos por meio do diálogo e da negociação. Ele ressaltou que o governo precisa abrir a mesa de negociação para encontrar soluções viáveis e sustentáveis para a questão salarial, mencionando a incoerência de um orçamento menor, enquanto os agentes políticos receberam uma recomposição salarial de 70%, o que considera um contrassenso em termos de gestão pública. Trouxe à tona a questão da saúde dos servidores, com muitos enfrentando problemas como síndrome do pânico e burnout. Ele observou que isso é muito preocupante e que as entidades devem estar atentas e exigir que o governo tome medidas para mitigar esses problemas. Finalizou sua fala reforçando a necessidade de o governo abrir as portas para o diálogo e dizendo que os servidores terão que continuar mobilizados para conquistar o aumento salarial, pois esse processo não será fácil. **ROSE SILVEIRA** - Foi uma crítica contundente tanto à postura do governo quanto à ausência de diversos vereadores nas audiências públicas. Expressou frustração com o comportamento dos membros do governo, que frequentemente não comparecem às reuniões e não cumprem compromissos assumidos com os servidores. Também lamentou a ausência de muitos vereadores, incluindo aqueles que deveriam fazer parte da comissão, e destacou o desprestígio que a ausência deles causa nas audiências. Fez um resgate histórico das perdas salariais dos servidores ao longo dos anos, mencionando aumentos insuficientes e destacando que, mesmo com os reajustes, os servidores estão em uma situação de perda significativa do poder aquisitivo. A falta de reposição das perdas inflacionárias e os reajustes parciais contribuíram para o empobrecimento contínuo da categoria. Criticou ainda o Decreto 555, que segundo ela prejudicou a educação ao transferir cargos para empresas terceirizadas, resultando em um aumento de custos sem benefícios para os trabalhadores. Ela pediu a revogação desse decreto e enfatizou a importância do concurso público como a única via legítima para o ingresso no serviço público, além de pedir a revisão de contratos e gastos públicos, sugerindo até a criação de uma CPI para investigar o desperdício de recursos. Na sequência, detalhou várias pautas importantes para a categoria, como o reajuste salarial de 20%, a criação de vale alimentação e auxílio transporte, a revisão das gratificações do PCCS, a redução da carga horária e a valorização das funções dos educadores, incluindo a equiparação dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

secretários escolares e a implementação de gratificação para educadores de educação infantil. Finalizou seu discurso reafirmando que o governo deve rever urgentemente essas questões, incluindo a revisão do contrato de terceirização e a fiscalização do uso dos recursos públicos, e pediu à Câmara que se empenhasse mais na fiscalização e na busca por soluções concretas. Agradeceu e despediu-se. Ato contínuo. O Vereador Léo França respondeu à Vereadora Livia sobre a abertura de mesa de negociação com o governo. Ele concordou plenamente com a proposta, mas ressaltou que a mesa deve ser aberta com uma pauta previamente definida. Manifestou apoio às demandas da Educação e reafirmou seu compromisso de lutar até o fim ao lado da categoria. No entanto, destacou que outras secretarias, como a COMDEP, também precisam ser contempladas. Léo França mencionou que, atualmente, os trabalhadores da COMDEP sequer possuem uniformes ou botas adequadas. Defendeu a necessidade de reajuste salarial, melhorias na cesta básica, pagamento de horas extras sem uso de banco de horas, e transporte digno para os servidores. Relembrou avanços anteriores conquistados com diálogo, mas lamentou que atualmente a política do governo esteja diferente, prejudicando os servidores de diversas áreas, como a Saúde, que, segundo ele, têm recebido alimentação de baixa qualidade, inclusive quentinhas estragadas. Criticou o fato de que, enquanto o governo promove festas, falta soro, gás e medicamentos básicos nos hospitais. Léo também abordou o projeto de lei enviado pelo governo à Câmara, que propõe aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% para quem ganha até R\$ 3.000,00. Afirmou que só votará nesse projeto após a definição da data-base e da recomposição salarial dos servidores. Defendeu a mobilização das categorias para garantir conquistas reais para todos. Sugeriu à presidente da Comissão de Servidores, Rose, que todas as pautas sejam organizadas e encaminhadas ao governo, formalizando o pedido de abertura da mesa de negociação. Ressaltou que a queda na arrecadação do ICMS foi causada por decisões políticas do próprio governo, e criticou o descumprimento do mínimo constitucional na aplicação de recursos da educação, mesmo nos meses de maior arrecadação. Também cobrou do prefeito o não cumprimento da promessa de revogar o Decreto 555, destacando que a gestão atual se comprometeu publicamente com isso, mas nada fez até o momento. **ROSE SILVEIRA** - reforçou que é preciso que os vereadores saiam de trás das mesas e acompanhem os servidores nas mobilizações, nas audiências e nas manifestações. Disse que todos os vereadores precisam ter consciência da importância dos servidores, que são constantemente chamados de “patrimônio da cidade”, mas tratados com descaso. Pediu que os parlamentares estejam presentes nos atos e pressionem o prefeito a cumprir suas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

obrigações. Em relação à pauta de reivindicações, Rose apontou pontos que unificam todas as categorias: Reajuste de 20%; Vale-alimentação (ou cesta básica ou vale-refeição, conforme o nome adotado); Auxílio-transporte; Revogação do Decreto 555; Implementação e atualização dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Enquadramento dos servidores cujos processos estão parados desde 2023. Segundo ela, o atraso nos enquadramentos representa um passivo judicial que a prefeitura está acumulando, o que pode resultar em prejuízos maiores futuros. **SERVIDORA EVA (da Escola São Judas Tadeu)** - Relatou que com quase 24 anos de serviço, afirmou sentir-se humilhada com o salário defasado. Relatou que muitos colegas enfrentam dificuldades financeiras graves, chegando a não ter o que comer. Disse que, apesar das críticas que sofre, tem orgulho de ser sindicalista e continuará lutando pelos direitos dos servidores. **LUCIANO MATIAS (diretor jurídico do SEPE)** - Destacou os prejuízos causados pelos congelamentos do PCCS, que ocorreram em dois momentos: entre 2014 e 2018, e recentemente, na gestão atual. Ressaltou que os enquadramentos estão sendo feitos com processos de 2023 apenas agora em 2025, o que causa perdas reais de salário e gera passivos para o município. Defendeu a necessidade de um governo que planeje com participação dos servidores e do sindicato. Criticou o uso equivocado dos recursos do FUNDEB, que deveriam estar sendo aplicados corretamente na valorização dos profissionais da educação. **HELEN (SERVIDORA)** - Uma servidora pública, com 10 anos de atuação na rede, fez um desabafo forte e sincero durante a reunião, relatando que ao longo de toda a sua trajetória, o que mais tem presenciado é humilhação. Ela relembrou a mobilização em torno do FUNDEB, quando a Casa esteve lotada e os vereadores fizeram discursos de apoio, prometendo: "Contem comigo". No entanto, segundo ela, muitos dos que se comprometeram na época foram os mesmos que depois votaram a favor do aumento dos próprios salários. Para a servidora, a incoerência é evidente, e a classe trabalhadora continua sendo a base da pirâmide — aquela que sustenta tudo — sem qualquer valorização real. Ela criticou o discurso repetitivo de que a culpa é do "governo anterior", lembrando que a chamada "bomba" foi deixada ainda pelo governo interino, e que agora querem transferir a responsabilidade para os servidores. Também mencionou que, antes das eleições, convidou todos os candidatos para uma conversa. Um dos candidatos, Hammes, não compareceu nem para responder perguntas básicas. Na avaliação dela, isso já demonstrava o comprometimento que teria com os servidores. Ela destacou ainda que foi esse mesmo gestor interino quem deu início à terceirização e que, até agora, não teve a iniciativa de revogar o decreto 555. Para ela, se houvesse real interesse em resolver, isso já teria sido feito. A servidora fez



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

um apelo direto à mobilização: criticou a passividade de muitos colegas que apenas reclamam nas redes sociais, mas não comparecem presencialmente para lutar. Ela lembrou que, em protestos anteriores, quando a rua foi fechada, houve até servidor agredido, e hoje muitos estão ausentes. “Está com medo de quê?”, questionou ela, reforçando que sem união e mobilização, nenhuma conquista virá. Disse também que é preciso cobrar diretamente nas escolas: quem não vai para a rua não tem o direito de reclamar. E deixou claro que não responderá mais a quem perguntar “o que aconteceu” se a pessoa não se deu ao trabalho de participar. Por fim, fez um apelo aos vereadores, especialmente aos que estão em início de mandato: que cumpram o que prometeram. Segundo ela, os servidores não estão pedindo favores, mas apenas seus direitos. São os funcionários públicos que sustentam o funcionamento da cidade, e tudo o que querem é respeito e responsabilidade. Agradeceu e despediu-se. Ato contínuo. O Vereador Léo França destacou que a revogação do Decreto 555 é um desejo compartilhado por grande parte dos servidores públicos. Em paralelo, ressaltou a necessidade de promover uma mobilização para que o governo realize concursos públicos, com o objetivo de encerrar os contratos com a empresa Capital Ambiental, substituindo gradualmente a terceirização por servidores concursados. Seguindo a linha da fala da servidora Helen, reforçou-se a importância de esclarecer os fatos em relação à origem da terceirização. Segundo ele, o processo teve início formal em 2021, quando o então secretário de Educação era o professor José Luiz, indicado pelo deputado Yuri Moura. Ainda segundo o relato, embora haja quem negue a responsabilidade, foi essa gestão que deu andamento à contratação da empresa terceirizada, com posterior retorno de José Luiz ao gabinete do deputado. Assim, argumentou que a responsabilidade pela terceirização não é apenas do prefeito Hingo, mas também do grupo político ao qual ele estava ligado naquele momento. Além disso, o Vereador Léo França informou que protocolou uma denúncia no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) logo no início do ano, questionando o reajuste de 70% nos salários do prefeito, vice-prefeito e secretários. Recentemente, a conselheira Dra. Mariana Montebelo acatou a denúncia, transformando-a em uma representação oficial. Foi dado um prazo de 10 dias para que os envolvidos se manifestem, sob pena de cancelamento dos reajustes e devolução dos valores aos cofres públicos, tendo em vista indícios de ilegalidade. Ao final, ele colocou a comissão dos servidores públicos à disposição de toda a categoria, com a proposta de reunir as demandas prioritárias para que, no dia 22, sejam encaminhadas formalmente ao governo. A intenção é iniciar negociações ainda em maio, com abertura efetiva de diálogo por parte da prefeitura. Agradeceu. **ROSE SILVEIRA** - Fez uma correção importante,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

esclarecendo que a terceirização não começou em 2021. Segundo ele, esse processo teve início ainda no governo de Bernardo Rossi, com a empresa De Sá, na gestão do então secretário Anderson Juliano. Desde então, apesar das trocas de governo, nenhum gestor teve coragem de romper com esse modelo, que se perpetuou com diferentes nomes — seja De Sá, Capital Ambiental ou qualquer outra. Para os servidores, o problema não está no nome da empresa ou em quem ocupa a prefeitura, mas sim no princípio da terceirização: dinheiro público sendo direcionado para contratos privados, ao invés de ser investido diretamente nos servidores concursados. A participante reiterou que a questão central não é apontar uma data exata ou um nome específico como responsável, mas sim defender que essa prática seja encerrada. Ressaltou que é necessário que algum prefeito tenha a coragem de acabar com a terceirização, e que a revogação do Decreto 555 é o primeiro passo nesse caminho. Destacou ainda que o fim do decreto não significa um colapso imediato dos serviços, já que o governo teria tempo para organizar concursos públicos e substituir gradualmente os contratos terceirizados por servidores concursados. **VEREADORA JÚLIA CASAMASSO** - Agradeceu mais uma vez a participação de todos na audiência e destacou as colocações feitas pela plenária. Ela afirmou que há muito a ser fortalecido no funcionalismo público, não apenas no que diz respeito ao salário, mas também às condições de trabalho. Defendeu a necessidade de movimentação na Câmara, da mesma forma que foi feito em 2023 para a revogação do Decreto 555. Ela sugeriu que a comissão, com o apoio de Léo, trabalhasse no projeto de decreto legislativo para a revogação do decreto e que esse fosse um encaminhamento importante para essa audiência pública. Afirmou que é necessário um diálogo com o Executivo, mas também é importante que o Executivo se mostre disposto ao diálogo. Enfatizou que a crítica não é pessoal, mas sim uma crítica ao cargo do prefeito, Hingo, para que as melhorias possam ser feitas. A vereadora ainda defendeu que o principal encaminhamento seria a revogação do Decreto 555, além de enfatizar que, se não for possível tomar ações imediatas, a comissão deve continuar trabalhando para garantir que as pautas sejam discutidas, principalmente a convocação dos concursados. Ela mencionou concursos que ainda estão em andamento, como os da Educação e da COMDEP. Falou sobre a importância de garantir a dignidade dos servidores e de todos os petropolitanos, pois todos dependem dos serviços públicos. Ela explicou que o aumento de 20% não é um aumento real, mas uma recomposição mínima, como foi mencionado anteriormente, e que a luta é para garantir mais avanços. Frisou que é necessário pavimentar o caminho para que as melhorias sejam possíveis, mesmo que o orçamento do próximo ano ainda precise ser estruturado, com a LDO sendo discutida até



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

meio do ano e a LOA no final do ano. Finalizou agradecendo a todos, reafirmando a disposição para continuar a luta por melhores condições para os servidores e a cidade.

VEREADORA PROFESSORA LÍVIA - Agradeceu a todos os presentes, reconhecendo o esforço de cada pessoa dedicada ao serviço público da cidade, especialmente após um longo dia de trabalho. Ela destacou o compromisso da categoria com a melhoria das condições de trabalho e a valorização da classe trabalhadora. Enfatizou que, para alcançar os direitos e conquistas da classe, a luta é fundamental, e o dinheiro deve, de fato, estar na conta dos servidores. Deixou claro que, se necessário, a mobilização seria intensificada, com manifestações, paralisação de trânsito e até um carro de som para mostrar ao governo a disposição da categoria. O objetivo era garantir que o dinheiro dos servidores estivesse na data certa. A presidente também sublinhou a importância de unir diferentes setores, como Educação, Saúde, Guarda Municipal e a COMDEP, em um movimento para demonstrar que os servidores não se calariam diante da falta de diálogo. A mensagem final foi de que a luta pela valorização da carreira e pelo fortalecimento do serviço público com servidores concursados estava apenas começando. Ela reafirmou o compromisso dos mandatos com a categoria, oferecendo apoio contínuo. Por fim, concluiu a fala com otimismo e confiança na conquista, desejando uma boa noite a todos.

VEREADOR THIAGO DAMACENO - Agradeceu ao vereador Léo França pela audiência e parabenizou pela organização. Ele expressou sua satisfação com os esclarecimentos feitos, especialmente sobre a terceirização da educação, e destacou que em 2021, durante o governo interino de Hingo Hammes, houve uma espécie de governo de coalizão com a participação ativa de vereadores, incluindo o então vereador Yuri Moura, que comandava várias secretarias e teve um papel significativo na terceirização da educação. Fez um paralelo com sua experiência pessoal, lembrando de sua candidatura a vice-prefeito em 2016, quando, junto com o ex-prefeito Rubens Bomtempo, assumiu compromissos com o SEPE. Comentou sobre o desafio de assinar uma carta de compromissos sabendo que algumas promessas eram difíceis de cumprir devido à situação financeira do município. Ele lamentou o fato de o prefeito eleito na época, Bernardo Rossi, não ter cumprido o que foi acordado. Ele enfatizou a importância de manter a responsabilidade e a coerência nas ações políticas, lembrando que muitos políticos hoje em dia sofrem de "amnésia" e fazem promessas que depois não cumprem. Concluiu sua fala parabenizando os servidores e servidores presentes e reafirmando seu compromisso de estar presente nas futuras audiências, sempre trabalhando para melhorar as condições dos servidores. Agradeceu e despediu-se.

VEREADORA PROFESSORA LÍVIA - Pediu para que todos anotassem em suas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

agendas que no dia 28 de maio, às 19h, ocorrerá uma audiência pública no plenário da Câmara sobre a apresentação do quadrimestre da educação. Ela ressaltou que essa será uma oportunidade para acompanhar a carência da educação no município e verificar os investimentos realizados até o momento. Mencionou que, durante o mês de maio, haverá uma audiência pública a cada semana de interesse dos servidores. Destacou que, na próxima semana, haverá uma audiência sobre o concurso público, seguida de outra sobre a recomposição salarial e, por fim, a audiência sobre o quadrimestre da educação.

VEREADOR MARQUINHOS ALMEIDA - Expressou seu agradecimento a todos os servidores da cidade e destacou que são a base da cidade. Ele se colocou à disposição e parabenizou o vereador Léo França pela excelente condução da audiência. Agradeceu.

GIOVANI - Continuou a fala sobre a COMDEP, mencionando problemas relacionados à falta de material de segurança no trabalho, como uniformes e botas, além de destacar que a licitação foi atrasada. Ele também falou sobre a sobrecarga de trabalho dos funcionários da COMDEP, dado o número reduzido de servidores em relação à demanda. Giovani pediu aos vereadores que cobrem do executivo a convocação dos aprovados no concurso da COMDEP o quanto antes. Agradeceu e despediu-se. O vereador Léo sugeriu que fosse formada uma comissão de cinco membros da Câmara, junto com servidores da educação, para discutir e encaminhar os próximos passos. Foi proposta uma reunião para o dia seguinte ou quinta-feira, para definir os documentos a serem enviados à prefeitura. A audiência foi encerrada com agradecimentos a todos os presentes e uma boa noite. Terminado os questionamentos e explicações e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, o Senhor Presidente, às vinte e uma horas e vinte e nove minutos, agradeceu a todos os Vereadores e a todos que participaram da Mesa, ao público presente e declarou encerrada a audiência pública. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Magdiel Pessata, Assistente de Apoio as Comissões.

Magdiel Pessata

Leonardo França